

Investidores podem discutir desestatização da SPA

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

Investidores interessados no leilão da Santos Port Authority (SPA), a estatal que administra o Porto de Santos, poderão discutir a estruturação do projeto e a modelagem da privatização com representantes do Governo Federal na próxima semana. O market sounding, que será realizado entre quarta e quinta-feira, tem como objetivo esclarecer dúvidas sobre a concessão.

A desestatização da Autoridade Portuária é o grande projeto do setor para este ano. A expectativa do Ministério da Infraestrutura é de que o edital seja lançado em novembro. Atualmente, o Tribunal de Contas da União (TCU) avalia os documentos relativos ao leilão. Só após essa análise, o processo pode ter andamento.

Para participar do market sounding, é preciso preencher, até amanhã, o formulário disponível no www.gov.br/infraestrutura. No documento, o interessado deverá indicar a área de interesse dos questionamentos. Eles são divididos em perfil societário, prazo de concessão, passivo judi-



Sede da SPA em Santos: concessão à iniciativa privada norteará edital a ser publicado em novembro

cial do Grupo Libra, túnel submerso, Usina de Itatinga, poligonal, modelo econômico ou edital e leilão.

O evento será realizado das 9 às 19 horas, com reuniões presenciais, em Brasília, ou virtuais, com duração de 30 minutos. As reuniões serão conduzidas pelo Ministério da Infraestrutura,

em parceria com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (Seppi).

Na última terça-feira, o ministro da Infraestrutura,

Marcelo Sampaio, participou do Summit Antaq 20 Anos, realizado pelo Grupo Tribuna, em Santos. Na ocasião, ele ressaltou pontos importantes do projeto de concessão da SPA, como a preocupação com a manutenção dos empregos dos colaboradores da estatal e a preocupação com o modal

EMPREGOS

Algumas condições aprovadas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPI) para a desestatização da SPA são estabilidade de 12 meses no emprego aos trabalhadores da Autoridade Portuária, apresentação de um plano de desligamento voluntário até seis meses depois da privatização e requalificação profissional a todos os colaboradores que sejam desligados.

ferroviário, uma peça importante na estrutura logística do Porto.

O projeto de desestatização da Autoridade Portuária prevê R\$ 20,3 bilhões de investimentos novos e de operação no empreendimento, segundo a pasta que comanda os portos brasileiros. Pelo menos R\$ 2 bilhões com novos investimentos em berrões e viadutos e R\$ 4,2 bilhões serão reservados para execução de um túnel submerso que ligará as cidades de Santos e Guarujá.

O tempo de contrato definido pela Antaq é de 35 anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco

para fins de equilíbrio econômico-financeiro. A transferência para a iniciativa privada da atividade desempenhada pela Autoridade Portuária inclui a gestão das infraestruturas e áreas públicas, com a previsão de melhorias operacionais, além da expectativa de elevar a qualidade dos serviços prestados e conferir mais agilidade na realização dos investimentos portuários.

LANÇAMENTO

Sob o leilão de critério de maior valor de outorga, a Antaq estipulou em R\$ 3.015.367.207,17 o valor mínimo de arrematação da SPA. Ainda não há data prevista para o certame.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos, até 2040, há uma perspectiva de crescimento de quase 50% na capacidade total do complexo santista e de 58% na demanda atendida, em relação à 2020. Estima-se ainda um aumento na movimentação de 45 milhões de toneladas para 86 milhões de toneladas no modal ferroviário.